

**ASSOCIAÇÃO CARUARUENSE DE ENSINO SUPERIOR
CENTRO UNIVERSITÁRIO TABOSA DE ALMEIDA (ASCES-UNITA)
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Amanda Maria de França Silva

Kleber Kerley Cabral Soares

**CRISE FINANCEIRA DE 2008: ANÁLISE DOS EFEITOS SOBRE
DESIGUALDADE DE RENDA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
NO BRASIL E NA RÚSSIA (2000 – 2015)**

Caruaru

2019

Amanda Maria de França Silva
Kleber Kerley Cabral Soares

**CRISE FINANCEIRA DE 2008: ANÁLISE DOS EFEITOS SOBRE
DESIGUALDADE DE RENDA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
NO BRASIL E NA RÚSSIA (2000 – 2015)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao núcleo de TCC da instituição ASCES – UNITA pelos graduandos Amanda Maria de França Silva e Kleber Kerley Cabral Soares como pré-requisito para obtenção do título de graduação no curso de Relações Internacionais.

Linha de pesquisa: Desigualdade de renda e desenvolvimento econômico no Brasil e na Rússia, no período pré e pós crise financeira de 2008.

Orientador: **Prof. Dr. Saulo Santos de Souza**

Caruaru

2019

RESUMO

Este estudo demonstra, através da descrição de dados estatísticos, como a crise financeira global de 2008 afetou os países Rússia e Brasil em termos de crescimento econômico e desigualdade de renda. Para além desta análise descritiva e conclusiva, neste estudo, ainda é feita uma abordagem teórica a respeito dessas variáveis, que tenta correlacionar uma com a outra. Algumas hipóteses são levantadas e, em resultado prévio, o Gini, Coeficiente que mede a desigualdade de renda, não teve efeitos negativos no contexto da crise. Em contrapartida, o PIB per capita, que mede o crescimento, sofre redução significativa nos anos após o evento, sobretudo no primeiro.

Palavras-chave: Crise financeira; Desigualdade de renda; Crescimento econômico

ABSTRACT

This study demonstrates, through the description of statistical data, how the global financial crisis of 2008 affected the countries Russia and Brazil in terms of economic growth and income inequality. Beyond this descriptive and conclusive analysis, in this study, a theoretical approach is made regarding these variables, which tries to correlate with one another. Some hypotheses are raised and, as previous results, the Gini, Coefficient that measures income inequality, did not have negative effects in the context of the crisis. On the other hand, GDP per capita, which measures growth, declined significantly in the years after the event, especially in the first.

Key words: Financial crisis; Income inequality; Economic growth

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	04
2 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	05
3 A CRISE DE 2008	06
3.1 Desigualdade de renda e crescimento econômico - panorama mundial	07
4 REPERCUSSÃO DA CRISE NAS ECONOMIAS BRASILEIRA E RUSSA	10
4.1 Crescimento econômico no Brasil	11
4.2 Desigualdade de renda no Brasil	13
4.3 Crescimento econômico na Rússia	16
4.4 Desigualdade de renda na Rússia	18
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
REFERÊNCIAS	

1 INTRODUÇÃO

Os efeitos das crises mundiais podem ser analisados a partir de diversas perspectivas: de modo geral, quando se busca uma conexão entre os países afetados, como, por exemplo, causas e medidas recomendadas por órgãos internacionais para a superação das crises; ou de modo particular, quando observadas as consequências em cada país, calculando-se o impacto causado nos mais diversos setores da sociedade.

Este estudo prevê uma análise descritiva, através das variáveis de desigualdade de renda e de crescimento econômico, da repercussão da crise financeira de 2008 no Brasil e na Rússia, comparando o comportamento dessas duas economias no período pré e pós crise (2000 a 2015). A constatação da possibilidade de conexão entre o evento e a variação dos indicadores correspondentes, para este propósito, será feita mediante a utilização do Índice de Gini e o PIB per capita - para a mensuração da desigualdade de renda e do crescimento econômico por indivíduo, respectivamente - ou até que ponto uma variável pode afetar a outra.

A fonte majoritária da coleta dos dados estatísticos utilizados neste trabalho é o Banco Mundial, que fornece as informações oficiais periodicamente acerca dos indicadores estudados, constando, somente, uma ausência no grau de distribuição de renda nos anos de 2000 e 2010 para o Brasil. Para a completude dos dados, é tirada a média aritmética entre os anos anterior e posterior.

Quando uma crise como a de 2008 repercute mundialmente, existe a necessidade de se estudar quais os impactos que podem causar no interior dos países atingidos, em termos quantitativos. A análise dos dados na esfera socioeconômica antes e depois da crise permite descrever a forma como isso pode interferir nas análises de risco-país para eventuais investimentos externos, por exemplo; ou, ter uma ideia de capacidade de recuperação dessas economias diante de crises desta dimensão; além de aumentar as chances de previsibilidade e preparo para situações similares, como a alteração do grau de sensibilidade/vulnerabilidade, e outras medidas que podem ser tomadas a partir disto.

As políticas adotadas por cada governo têm suas peculiaridades e nem todos conseguem enfrentar da mesma forma um choque financeiro como o de 2008, também nem sempre é possível aplicar automaticamente as lições aprendidas com as crises sistêmicas já superadas em diferentes circunstâncias (Mau, 2015), mas, comparar como uma crise se dissemina em lugares e épocas diferentes, aumenta consideravelmente o espectro de ação.

2 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Este artigo tem como princípio uma revisão bibliográfica e também uma análise estatística descritiva de dados. Trata-se de uma pesquisa quantitativa e o método utilizado é o dedutivo, que busca, a partir de uma visão geral, particularizar a análise, levando ao estudo dos casos Brasil e Rússia e a forma como a crise atingiu esses dois países.

O estudo se baseia, em sua essência, na coleta de dados, onde, a partir destes, será possível fazer um mapeamento e uma comparação sobre a forma como a crise atingiu as duas economias simultaneamente. A extração dos dados necessários para esta pesquisa foi feita a partir do banco de dados do Banco Mundial, que apresentou os principais indicadores de crescimento e desigualdade de renda no dado período (entre 2000 e 2015), sendo estes o PIB per capita e o índice de Gini, respectivamente.

Os dados do site do Banco Mundial são utilizados para observar o comportamento dos países antes e após a crise financeira de 2008, ao fornecer a variação do crescimento e da desigualdade de renda, possibilitando, a partir de sua amostra, identificar se o fenômeno da crise teve alguma influência nesses dois indicadores da economia dos países, e, a partir daí e de todo estudo teórico, será validada ou refutada a hipótese levantada para a pesquisa.

A parte quantitativa desta pesquisa se fundamentará na coleta desses dados sobre o Produto Interno Bruto (PIB) e o nível de desigualdade de renda através do Coeficiente Gini desses dois países, no período de 2000 a 2015. A esse respeito, usar-se-á uma média - o cálculo será feito a partir da soma da numeração, fornecida pelo Coeficiente Gini, de um ano para antes e para depois de 2000 e de 2010 e, em seguida, os resultados serão divididos por dois -, de modo a fazer uma análise mais completa e aproximada do real. Também será calculada a variação percentual de cada indicador ano a ano, para que seja possível fazer uma comparação da média de evolução desses indicadores no período anterior e posterior à crise, a fim de descobrir como a crise os afetou.

Levar-se-á em consideração a seguinte questão que tentaremos responder de acordo com todo o estudo que foi feito, que é: A crise financeira de 2008 afetou significativamente o nível de crescimento econômico e a desigualdade de renda do Brasil e da Rússia? Sobre isso o objetivo geral deste artigo é, analisar o impacto que teve a crise de 2008 nas economias russa e brasileira em termos de desigualdade de renda e crescimento econômico.

3 A CRISE DE 2008

A crise financeira¹ global, que eclodiu em 2008, nos Estados Unidos, gerou instabilidade em diversas economias. Seu caráter multidimensional permite que o problema se espalhe por entre as esferas da vida socioeconômica, além de acompanhar sérias consequências sociopolíticas e atingir, é claro, os níveis de crescimento (Mau, 2009) e distribuição de renda.

Em seu estágio inicial, a crise se deu através da oferta facilitada do crédito imobiliário sem nenhum critério. Além disso, a ideia de que o mercado imobiliário estava sempre se valorizando foi atrativo para quem desejasse financiar uma casa, pois depois poderia repassar e lucrar sobre ela. No entanto, além de não lucrarem, ainda perderam, porque os preços começaram a cair, já que o crédito não era “real”. A hipoteca era repassada para duas instituições financeiras estatais (Freddie Mac e Fannie Mae) que, por sua vez, vendiam em forma de *securities* para investidores estrangeiros, repassando, assim a dívida mais o alto risco, mascarado pelas agências de classificação, fazendo com que economias do mundo inteiro fossem contagiadas (Dowbor, 2009).

Cintra e Farhi (2008) caracterizaram a crise como uma “arquitetura financeira”, o que notou um certo desordenamento estrutural com o passar dos anos e em virtude dos seus efeitos. Eles ainda afirmam que a liberdade de ação dos agentes financeiros contribuiu para causar, em ritmo mais acelerado, todo o efeito negativo no sistema financeiro internacional.

No caso dos países desenvolvidos a crise apresentou comportamento diferenciado, como os autores descrevem a seguir:

“nos países desenvolvidos a crise econômica reforçou a aversão aos riscos decorrentes da crescente interdependência econômica e financeira entre os países. Se de um lado a interdependência econômica é motor principal da expansão do comércio mundial, é também, por outro lado, fonte de vulnerabilidade e riscos tornados mais salientes pela crise.” (Oliveira e Neto, 2010, p. 07).

BRESSER-PEREIRA (2010) ressalta que, em países em desenvolvimento, as crises financeiras costumam ser crises de balança de pagamentos ou monetárias, e não bancárias. O que caracteriza maiores riscos à economia, pelo fato de que em determinado período foi

¹ A crise financeira de 2008 foi a maior da história do capitalismo desde a grande depressão de 1929. Começou nos Estados Unidos após o colapso da bolha especulativa no mercado imobiliário, alimentada pela enorme expansão de crédito bancário e potencializada pelo uso de novos instrumentos financeiros, a crise financeira se espalhou pelo mundo todo em poucos meses. O evento detonador da crise foi a falência do banco de investimento Lehman Brothers no dia 15 de setembro de 2008, após a recusa do Federal Reserve (Fed, banco central americano) em socorrer a instituição. (OREIRO, set. 2011)

controlado nos EUA e em boa parte dos países que foram atingidos diretamente. No tocante, os autores particularizam o processo da crise, descrevendo os comportamentos das economias mais frágeis e as medidas que poderiam ser destacadas para resolução da crise.

Mediante as perspectivas elencadas através da busca pelo crescimento econômico de cada país, muitas discussões se formam em torno das medidas que são tomadas para que esse objetivo seja alcançado pelos países. Alguns dos problemas mais comuns em relato é a desigualdade provocada pelo processo de crescimento e com isso acaba gerando algumas implicações para a implementação do processo. Nesse caso, o olhar para distribuição de renda numa tentativa de “sanar” a desigualdade deveria ser pauta nos debates para tentar equilibrar os dois lados da moeda.

Aspectos dicotômicos entre os indicadores que mensuram o crescimento econômico e desigualdade de renda mapeiam a reação mundial em virtude da crise. A partir desses indicadores, é possível notar em quais anos as economias apresentaram maiores índices de progresso.

Essa ruptura econômica serve, também, para observar como os danos de uma crise em um mundo inteiramente interligado, mostram os efeitos acerca da dependência que se cria baseado apenas em uma economia como a dos EUA, dentro os poucos países que apresentam um PIB estável, a China também mostra seu comportamento de crescimento, mesmo todo esse momento de instabilidade que se cria no mundo econômico.

3.1 Desigualdade de renda e crescimento econômico - panorama mundial

Os indicadores socioeconômicos são muito utilizados para mensurar quantitativamente fenômenos abstratos, que refletem a qualidade de vida da sociedade. Os dados gerados dão maior precisão sobre a realidade em que vivem os indivíduos em determinado espaço sob determinadas circunstâncias. Eles podem ser obtidos por entidades nacionais ou internacionais: algumas, com finalidade estritamente estatística, outras, para tentar mudar os quadros que se apresentam. O Banco Mundial, por exemplo, lança, periodicamente, informações dentro das diversas esferas que compõem a realidade política-social-econômica global (com ênfase na econômica), através de indicadores, dentre eles, o de Gini e o Produto Interno Bruto (PIB).

O Coeficiente de Gini é um dos principais indicadores que, de acordo com a definição do Banco Mundial,

mede até que ponto a distribuição da renda (ou, em alguns casos, a despesa de consumo) entre indivíduos ou famílias dentro de uma economia se desvia de

uma distribuição perfeitamente igual. Uma curva de Lorenz traça as porcentagens cumulativas da receita total recebida em relação ao número acumulado de destinatários, começando com o indivíduo ou a casa mais pobre. O índice de Gini mede a área entre a curva de Lorenz e uma linha hipotética de igualdade absoluta, expressa como uma porcentagem da área máxima sob a linha. Assim, um índice Gini de 0 representa igualdade perfeita, enquanto um índice de 100 implica em desigualdade perfeita (Banco Mundial, 2019).

O PIB, por sua vez, pode ser mensurado de diversas formas: existe o PIB nominal, que é calculado a preços correntes por ano de produção e comercialização do produto, considerando os efeitos da inflação; existe o PIB real, que desconsidera a inflação e é geralmente utilizado em intervalos maiores que um ano. Neste estudo, será analisado um período de quinze anos (2000-15), e não serão utilizados os valores de produção total, mas individual (per capita), para que as variáveis dialoguem melhor entre si, numa lógica de unidades de medida mais semelhantes. Para os casos de mensuração do PIB a preços constantes, é utilizado um ano-base, que, nesse caso, é o de 2010, com valores em dólar norte-americano. Este cálculo representa a soma de toda a produção interna dividida pela quantidade populacional.

Em estudo realizado por Binatli (2012), foi constatado que a relação entre crescimento e desigualdade não foi estatisticamente significativa nos períodos de análise (1970-85 e 1985-99), embora o período mais recente tenha apresentado resultado positivo sobre desigualdade de renda no crescimento em contraste com o período anterior, que mostrava um impacto negativo de uma variável sobre a outra.

A globalização, por sua vez, pode ter surtido um efeito de prosperidade no crescimento das nações, devido à abertura comercial e a facilidade de transferência de capital. Ao mesmo tempo, ela cria uma ideia de ganhadores e perdedores, baseada no nível de qualificação dos indivíduos, o que, indubitavelmente, tem implicações no nível de renda gerado (Roser e Ortiz-Ospina, 2016). Este foi um marco muito importante na economia mundial, mas sozinha a globalização não explica o crescimento econômico generalizado, que é histórico e vem de longa data. Já a desigualdade de renda, por não haver um padrão temporal dos dados compartilhados, não dá pra assegurar se houve redução, aumento ou volatilidade da média mundial através do Índice de Gini. Apenas alguns países fornecem anualmente essa informação. A **Figura 1** a seguir ilustra o ritmo de crescimento mundial no período de análise:

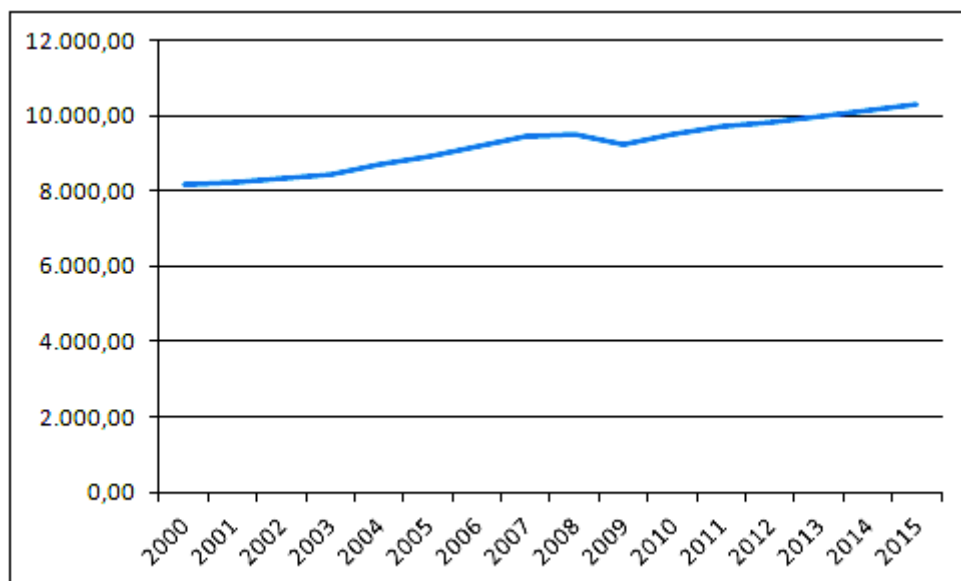


Figura 1. Valores em dólar do PIB per capita (constante 2010 US\$) mundial entre os anos de 2000 e 2015.

Fonte: Banco Mundial, 2019.

O gráfico mostra que de 2000 a 2008 houve crescimento ininterrupto, que os efeitos da crise apareceram mundialmente somente em 2009, quando houve uma retração de 2,9% do PIB per capita em comparação ao ano anterior. Vale ressaltar que, durante todo o período, esta foi a única vez em que o indicador apresentou queda. Outra coisa importante a se verificar é que o ritmo de crescimento voltou a acelerar já em 2010, em que o PIB per capita era de US\$ 9.525,49, enquanto que, em 2008, antes da crise, ele totalizava US\$ 5.518,152.

Uma das principais abordagens teóricas sobre crescimento e desigualdade remete a Kuznets (1955), criador da hipótese do “U invertido”, que sugere o aumento na desigualdade de renda no primeiro momento em que é registrado o crescimento econômico, reduzindo aquele aumento à medida em que os efeitos positivos do crescimento sobre a sociedade vão se tornando consistentes. Haveria, portanto, um efeito negativo apenas no curto prazo. Economistas clássicos e neoclássicos argumentam que uma distribuição de renda mais igualitária levaria à diminuição na poupança, o que, conseqüentemente, dificultaria o investimento, desacelerando, dessa maneira, o ritmo de crescimento econômico.

4 REPERCUSSÃO DA CRISE NAS ECONOMIAS BRASILEIRA E RUSSA

De acordo com Roberto Cavalcanti², em entrevista feita pelo Ipea, em 2009, o Brasil apresentava uma situação razoável, diante da conjuntura negativa trazida pela crise de 2008, o que se justificava pela sua maior interação macroeconômica. Mas já conseguia projetar um crescimento de 4 a 5% na economia que reagiu bem à crise. Nesse aspecto, pode-se levar em consideração algumas medidas que o governo tomou em relação e decorrente a todo momento que se evidenciava a crise financeira. No entanto, medidas de incentivo ao comércio e indústria conseguiram minimizar o efeito adverso em escala bem maior do que era esperado e que fora visto em todas as economias no mundo.

Segundo Pires (2013), “além da política monetária, o governo também fez uso da política fiscal, com a redução de impostos indiretos em alguns setores da economia e em alguns casos houve até isenção de impostos como o IPI.”

Notadamente, a crise de caráter sistêmico global, a partir do momento que atinge as diversas economias mundo afora, trouxe para o Brasil visões de negatividade e incerteza no que concerne toda articulação financeira, e isso acabara por gerar vários danos na economia e em crescente desemprego nos anos que se sucederam 2008.

Caso semelhante ocorreu na Rússia, isso porque a crise entrava nos países e fragilizava suas economias, colapsando todo sistema financeiro dos mesmos e, em consequência disso, perdiam investidores pela falta de confiança que o cenário atual lhes mostrava. A economia russa, segundo Muniz (2011), mostrava um PIB que vinha crescendo desde a década anterior, isso porque o governo Putin³ criou um fundo de reserva financeira onde resguardava a economia interna, livrando de choques externos.

Muniz (2011) aponta que no período pré-crise “a Rússia não diversificou a sua pauta de exportações, continuando dependente das vendas de petróleo e de gás natural no mercado internacional”. No entanto, segundo o próprio autor, foi necessário passar por três reformas econômicas com a finalidade de salvaguardar o país sobre os riscos externos das crises e fomentar o crescimento econômico de forma acelerada.

Respectivamente, “Em setembro de 2008, a Bolsa de Moscou registrou uma queda de 54% do índice de ações Russian Trading System” (RTS) (MUNIZ, 2011, p. 59 apud GURIEV; TSYVINSKI, p.16 2010). Essa queda configura como um preâmbulo para as demais que iria

²Roberto Cavalcanti de Albuquerque é advogado, economista e diretor técnico do Instituto Nacional de Altos Estudos (Inae) e integrante do Conselho de Orientação do Ipea.

³ Vladimir Putin, que controla o poder na Rússia desde 2000. EL PAÍS (2018).

acontecer ao longo dos anos pós-crise. A diminuição da produção industrial russa também causou sérios danos em sua economia, que por sua vez, a falta de crédito no âmbito doméstico, acarretou na queda da demanda, o que agravou ainda mais os efeitos negativos trazidos pela crise e que, conseqüentemente, permaneceriam por um longo período.

O mesmo processo de desaceleração que foi registrado no Brasil durante esse período, levou a Rússia também a passar pelo mesmo processo, em que as exportações russas sofrem pela falta de compradores, uma vez que a maioria dos países passava pelo mesmo processo. Esse diagnóstico turbulento mensura o grau de instabilidade que tomou conta desses países e com isso impossibilitou principalmente as exportações dos mesmos, modalidade importante para calcular o Balanço de Pagamentos.

Essa repercussão que se gerou em torno das duas economias dessa análise enfatizou exatamente aquilo que preocupa todas as economias pelo mundo, que é a possibilidade de uma crise financeira de alcance global, isto é, uma crise que desestabiliza todo o setor econômico e financeiro e com isso causa impactos negativos, levando-os a passar por anos sem se recuperar.

Nas próximas seções serão analisados os indicadores utilizados na pesquisa, que tentará explicar os comportamentos econômicos tanto no Brasil quanto na Rússia nos períodos pré e pós-crise, para que seja entendido como foi para os países já citados, enfrentar a crise em seus territórios, e com isso buscar melhorias e/ou modalidades diferentes desse comportamento para que os efeitos dessas mesmas crises não trouxesse impactos tão fortes como foi o caso desta já citada neste trabalho.

4.1 Crescimento econômico no Brasil

De acordo com a amostra de dados coletados pelo Banco Mundial, observa-se todo o comportamento que a economia brasileira teve desde antes até o momento após a crise. O que se sugere em relação a essa realidade é que apenas observar-se-á a baixa sofrida no ano de 2008, ano em que foi declarada oficialmente a crise que os EUA estavam passando e com isso fatores que avaliam o grau de impacto e repercussão acerca dela, notou que até se chegar em 2008 o Brasil caminhava de forma acelerada em sua economia, contribuindo para o progresso do desenvolvimento, diga-se que até meados de 2008 a economia ainda estava em ritmo acelerado, e já a partir da oficialização da crise, o Brasil, assim como todos os países conectados ao mercado financeiro norte-americano, passaram por uma desaceleração no seu crescimento.

No tocante, e se tratando dessa interconexão das economias, alguns pontos chave explicaram quais as medidas e incentivos que levaram o Brasil a desacelerar apenas a sua

economia e não “encabeçar”, de forma explícita, também na crise mundial. Tudo isso porque tanto internamente, com o governo, de um lado, impulsionando a indústria e comércio, do outro, havia órgãos internacionais que foram de grande contribuição para o não agravamento da crise financeira, como o próprio FMI, que incentivou de forma regular com criação de cotas financeiras, a fim de não levar a economia mundial ao colapso total.

Segundo informações do FMI (2012), foram criadas medidas de “contenção” da crise financeira, o que possibilitaria ainda mais ajudar países que houvessem sofrido impacto desordenado em suas economias. Esses pacotes de medidas foram destacados como *criação de barreira anticrise*. Com esses incentivos, o FMI ajudaria as economias mais pobres.

Desde o princípio da crise econômica mundial, em 2007, o FMI tem atuado em diversas frentes para mobilizar apoio a seus 188 países membros. O Fundo ampliou a oferta e concessão de crédito, valeu-se de sua experiência internacional para sugerir soluções e empreendeu reformas que o deixaram mais bem equipado para atender às necessidades dos países (FMI, 2012, p. 1).

Essas análises feitas pelo FMI são destacadas através dos dados coletados do Banco Mundial (**Figura 2**), que apresenta os efeitos pré e pós crise.

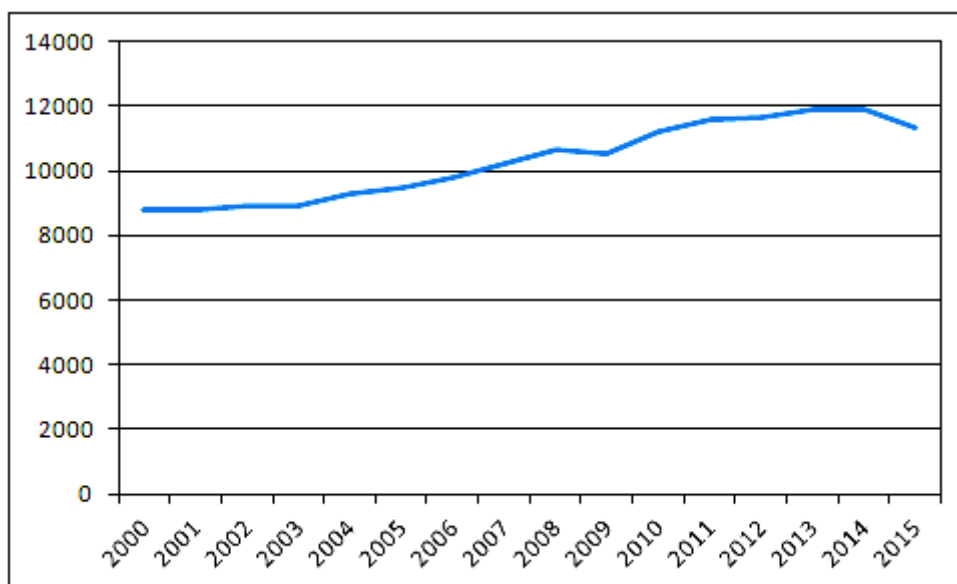


Figura 2. Valores em dólar do PIB per capita (constante 2010 US\$) brasileiro entre os anos de 2000 e 2015.

Fonte: Banco Mundial, 2019.

O PIB per capita mostra toda a interação que o Brasil desempenhou de 2000 a 2015, e que a economia vinha crescendo. Com o aquecimento interno da economia, o Brasil transparecia, na época, ser um país de menor risco de investimentos externos, isso tudo com a

ajuda também da moeda ao se estabilizar e alavancar, assim como os índices de crescimento do seu PIB.

Logo após a declaração da crise pelos EUA, o Brasil, como mostra a figura acima, passa por uma queda significativa em seu PIB, correspondente a -1,1% de 2008 a 2009, que ocasiona processos de desaceleração da sua produtividade interna e modificação no cenário econômico - caso que será abordado no ponto 4.2, em relação à desigualdade de renda.

Matos (2016, p. 5) faz um comparativo, representando, em gráfico, o processo de crescimento da produção industrial dos países emergentes nos anos 2003 a 2010 e 2011 a 2014. A partir dele, conclui-se que a economia brasileira fica muito atrás no ranking (excetuando apenas a América Latina, África e Centro-Oeste), dos países como: Emergentes Asiáticos, Europa Ocidental e Central, América Latina, África e Centro-Oeste. Se comparado aos países da América Latina, África e Centro-Oeste, o Brasil teve um crescimento significativo, porém, nos anos seguintes (2011-2014), mostrou uma queda e uma desaceleração da economia. Fatores internos, além da crise, contribuíram para que o Brasil tivesse uma perda de credibilidade nos aspectos econômicos mundiais. Fatores internos, como por exemplo, transição de governos e altos índices de corrupção envolvendo políticos, contribuíram para levar ao processo de desaceleração.

4.2 Desigualdade de renda no Brasil

O destaque que envolve toda uma preocupação acerca da crise, muitas discussões foram se formando a respeito desta, que por hora precisou-se tomar decisões e recorrer aos órgãos internacionais ligados às questões financeiras, como, por exemplo, o FMI. Incentivos e investimentos em prol da diminuição dos impactos causados pela crise possibilitaram algumas vias de crescimento, à priori, dentro de países, com adoção de medidas de incentivo, como por exemplo, o caso particular do Brasil, que mostrou que a crise, inicialmente, nada pode afetar o setor financeiro de forma mais agressiva, porém, ao passar dos anos, houve uma repercussão dos problemas que, aparentemente, haviam sido sanados, no início.

Rocha e Urani (2005) enfatizam que “o quadro da desigualdade de renda no Brasil, não apenas se concentra na relação econômica e social do país,” embora estes fatores sejam essenciais para a explicação da desigualdade, mas os autores dizem que outros fatores também servem como “*esclarecimento*” e utilizam dados estatísticos oficiais e/ou artigos acadêmicos, ou até mesmo informações sistematizadas fornecidas pelos próprios brasileiros, que levantam

um ponto negativo de que “a desigualdade de renda no Brasil é extrema e representa um mal a ser combatido.”

No que tange às políticas voltadas para tentar “sanar” a desigualdade de renda e, conseqüentemente elevar o crescimento financeiro do país, Balassiano⁴ (2017), em seu estudo, aborda o processo de desaceleração que o Brasil tem vivido nos últimos anos, o que dá margens para destacar, em especial, o momento de crise financeira que o país viveu a partir da conjuntura internacional. Evidentemente, em se tratar de uma economia de caráter subdesenvolvido, o Brasil apresenta vulnerabilidade em termos financeiros e fica propenso a uma desestabilização estrutural econômica, o que possibilita o atraso do país em relação ao desenvolvimento.

Políticas internas que foram adotadas durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) - que pega exatamente o momento antes e durante a crise financeira -, pode mostrar que, nos anos iniciais de crise, contando o período do governo a partir de 2003, o Brasil caminhou em um ritmo acelerado no processo de crescimento econômico. Todavia, trabalhava-se na busca de diminuição com a desigualdade que já vinha de muitos anos atrás. Aproveitando a estabilização da inflação, através do Plano Real, e a consolidação da nova moeda, o país se tornou propício ao crescimento e à conseqüente transferência de renda no país, o que pretendia diminuir a desigualdade. Dado o processo em que consiste uma política voltada para a diminuição da desigualdade de renda interna, Almeida Jr., Lisboa e Pessôa (2015) remetem a dados estatísticos que comprovam a grande problemática da falta de estruturação nessas tais políticas de transferência de renda, o que acarretou na desaceleração do Brasil como uma economia emergente.

A desaceleração da atividade econômica resultou na menor geração de renda e, mais recentemente, na queda do emprego. A piora do mercado de trabalho e o desequilíbrio das contas públicas prejudicaram os ganhos sociais da década de 2000. A desigualdade de renda parou de cair desde 2011, houve aumento do número de famílias na extrema pobreza (...). Almeida Jr., Lisboa e Pessôa (2015, p. 8-9).

Nessa perspectiva que os autores mencionam, as políticas adotadas e o momento de crise foram fatores preponderantes para levar o Brasil a esse retrocesso da economia, exatamente pela falta de estrutura fiscal e monetária e influenciado também pelo contexto internacional. Essa situação transitou por outros diversos países e enalteceu a necessidade de se firmar acordos em formato de Blocos Econômicos, como outros já existentes, a exemplo do

⁴ Marcel Grillo Balassiano, Mestre em Economia Empresarial e Finanças pela Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE), mestre em Administração pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE) e bacharel em Economia pela Escola Brasileira de Economia e Finanças (EBEF), todas da Fundação Getúlio Vargas (FGV). marcel.balassiano@fgv.br

próprio Mercosul. O Brasil vai além e consegue se inserir num bloco formado, inicialmente, por: Brasil, Rússia, Índia e China, ou BRIC, como era chamado em 2006, acrescido do “S” a partir de 2011, quando a África do Sul passou a fazer parte como membro oficial.

Tudo isso para explicar que essa forma de “alinhamento” se tratando de países emergentes com economias relativamente parecidas, com exceção apenas da China, que avança progressivamente no cenário econômico mundial. No tocante, essa proposta de *alinhamento* contribuiria no intuito de diminuir os efeitos provocados pela crise financeira. Se tratando de dois países continentais, o Brasil e a Rússia, tiveram praticamente o mesmo desempenho no pós crise, e, neste sentido, pode-se comparar, através de dados compartilhados pelo Banco Mundial (2018), que demonstram (**Figura 3**) o grau de crescimento e desigualdade de renda nessas nações, enfatizando o quanto esse episódio contribuiu para a adoção de medidas tanto internas aos países quanto para o bloco como um todo.

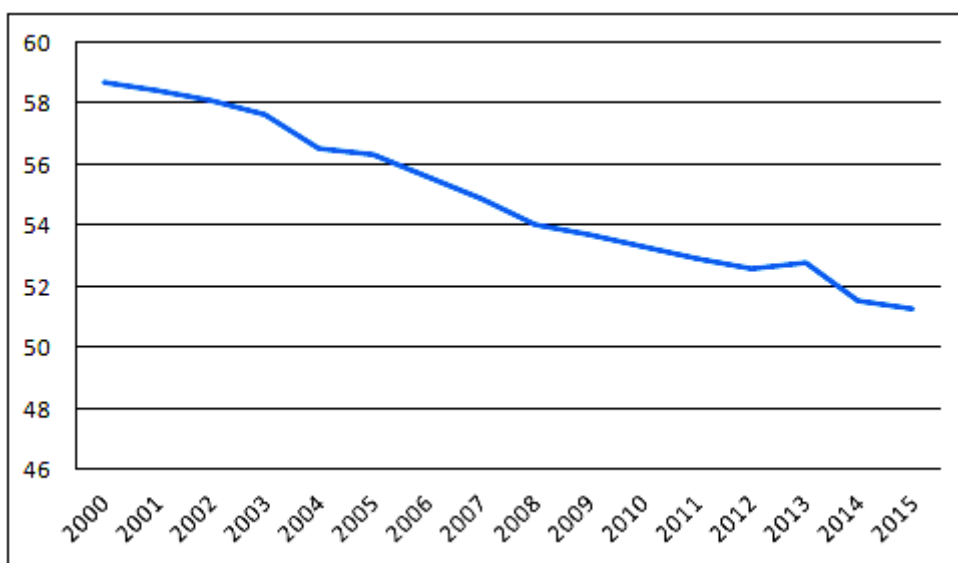


Figura 3. Valores de Gini Brasil entre os anos de 2000 e 2015.
Fonte: Banco Mundial, 2019.

Ao que se pode analisar no gráfico acima é que, mesmo com todo o processo de crise, de acordo com o índice de Gini, o Brasil mostrou uma redução na escala de desigualdade de renda, isso tudo porque as medidas anteriormente citadas foram de suma importância para que a transferência de renda pudesse apresentar esse resultado. Além disso, houve apenas um período em que o indicador apresentou elevação (maior desigualdade) e não foi em decorrência da crise, pois foi de 2012 a 2013, numa variação de apenas 0,38%. Os dados estatísticos mostram que houve uma redução na desigualdade de renda brasileira de 12,61% em todo o período (2000-15).

4.3 Crescimento econômico na Rússia

De acordo com dados fornecidos pela OCDE (2009), o PIB real da Rússia quase que dobrou na última década que pega os anos de 1998-2008, o que tudo indica pelo fato da apreciação real do rublo, nesse caso, proporcionou um cenário de estabilidade financeira. Aproveitando essa década de “milagre econômico russo” (se é que pode-se dizer assim), possibilitou uma amplitude na economia, melhorando também os indicadores econômicos e sociais, como a própria OCDE (2009) cita: “A produtividade total dos fatores cresceu fortemente, os salários reais subiram, e as taxas de desemprego e pobreza caíram acentuadamente”.

Para obter o êxito nos anos iniciais da crise em seu território, o governo russo viu a necessidade de elaboração de três reformas financeiras, ou seja, ter algo mais concreto e que fosse possível controlar sob uma possibilidade de choques externos, a exemplo das crises financeiras de alcance global. Muniz (2011) enfatiza que, “a reforma fiscal, realizada em 2001, contribuiu para o crescimento econômico do país, pois incentivou a criação de empregos e combateu com sucesso a evasão tributária”. Ao que se pode notar, a Rússia caminhava para um fortalecimento da sua economia frente às grandes economias pelo mundo, porém, um choque imprevisível modificou todo o cenário financeiro que havia sido “controlado” nos anos antes da crise, e que a partir de agora os problemas começam a surgir.

O histórico de crescimento na Rússia acompanha o de todo o mundo, pois tem elevação constante, e também, como todo o mundo, sofre as consequências da crise, como forma de redução no seu PIB per capita. Em mais uma coisa mostra certa similaridade com os demais países do globo (**Figura 4**) em resposta à crise: a rápida recuperação, embora um pouco mais tardia que o Brasil, quando comparada ao ritmo de crescimento que vinha tendo. Na marca de dois anos, a Rússia já havia superado o nível de crescimento anterior à crise.

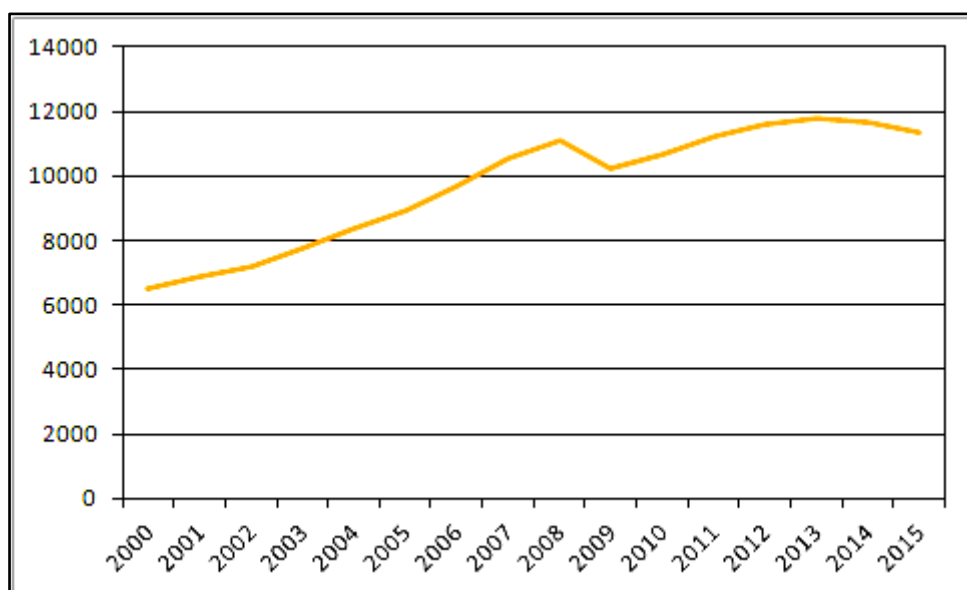


Figura 4. Valores em dólar do PIB per capita (constante 2010 US\$) russo entre os anos de 2000 e 2015.
 Fonte: Banco Mundial, 2019.

Nota-se que há uma elevação na linha de crescimento até o momento em que a crise se alastra (2009). Em 2009, a Rússia apresenta uma variação negativa de 7,85% (US\$ 10.219,53) em relação a 2008 (US\$ 11.089,94), a maior redução entre dois anos; mas mesmo com essa redução no PIB per capita, ele ainda continuou maior do que no início do período (2000), quando constava US\$ 6.491,01.

A **Tabela 1** a seguir mostra com mais detalhes o comportamento dos dois países em relação à desigualdade de renda e crescimento econômico e a variação de um ano a outro. Importante lembrar que, quando em “Variação de Gini” aparecer valor negativo, menor desigualdade há em relação ao ano anterior, e quanto mais positivo o valor estiver, mais desigualdade apresentada naquele ano em relação ao anterior. Isso pode ser compreendido melhor observando apenas os valores do próprio Coeficiente.

Tabela 1. Gini e PIB per capita em números.

Ano	Brasil				Rússia			
	PIB per capita	Varição (%)	Gini	Varição (%)	PIB per capita	Varição (%)	Gini	Varição (%)
2000	8.778,18		58,7		6.491,01		37,1	
2001	8.776,86	-0,02%	58,4	-0,51%	6.850,52	5,54%	36,9	-0,54%
2002	8.924,34	1,68%	58,1	-0,51%	7.208,58	5,23%	37,3	1,08%
2003	8.910,85	-0,15%	57,6	-0,86%	7.769,68	7,78	40	7,24%
2004	9.309,01	4,47%	56,5	-1,91%	8.360,82	7,61%	40,3	0,75%
2005	9.495,10	2,00%	56,3	-0,35%	8.927,91	6,78%	41,3	2,48%
2006	9.761,88	2,81%	55,6	-1,24%	9.687,50	8,51%	41	-0,73%
2007	10.245,24	4,95%	54,9	-1,26%	10.532,34	8,72%	42,3	3,17%
2008	10.658,22	4,03%	54	-1,64%	11.089,94	5,29%	41,6	-1,65%
2009	10.540,11	-1,11%	53,7	-0,56%	10.219,53	-7,85%	39,8	-4,33%
2010	11.224,15	6,49%	53,3	-0,74%	10.675,00	4,46%	39,5	-0,75%
2011	11.559,21	2,99%	52,9	-0,75%	11.230,40	5,20%	39,7	0,51%
2012	11.671,19	0,97%	52,6	-0,57%	11.621,40	3,48%	40,7	2,52%
2013	11.912,14	2,06%	52,8	0,38%	11.803,72	1,57%	40,9	0,49%
2014	11.866,39	-0,38%	51,5	-2,46%	11.680,60	-1,04%	39,9	-2,44%
2015	11.348,44	-4,36%	51,3	-0,39%	11.325,80	-3,04%	37,7	-5,51%

Fonte: Banco Mundial, 2019.

4.4 Desigualdade de renda na Rússia

A desigualdade de renda na Rússia é caracterizada pela sua volatilidade, como observado na figura 5, pois embora obtivesse ganhos significativos nos anos antes da crise como foi apresentado no tópico 4.3, nada pode fazer para que houvesse uma diminuição nesse indicador. O que deve-se levar em consideração é que, se fizer um comparativo com os indicadores do Brasil, existe uma similaridade, porém, o Índice de Gini no Brasil encontra-se em melhor desempenho em reação ao da Rússia.

Nessa perspectiva de desigualdade de renda da Rússia, diz-se o seguinte, “ Rosstat (2010), os salários dos mais ricos cresceram acima da média dos da classe média e dos da classe pobre, o que pode ser visto como um recente agravamento dessa questão” (Muniz, 2011. p. 55. apoud. Rosstat - 2010). Dado essa informação levantada pelo autor, fica claro que as reformas econômicas mencionadas no tópico anterior não viabilizaram um melhoramento nos aspectos que tangem à desigualdade de renda russa.

O próprio autor, Muniz (2011), ressalta a importância que os ganhos no âmbito econômico teve nos anos iniciais, ou seja, período que ficou caracterizado como ascensão da economia russa, porém, esse choque externo pega todos de surpresa e as consequências causou o descontrole em todo o setor econômico levando ao colapso e a partir disso, os registros da

volatilidade da desigualdade de renda culminou em muitos danos internos, que por sua vez e assim como no caso brasileiro vai requerer bastante tempo para poder se recompor novamente.

Na **Figura 5** evidencia-se tudo o que foi descrito até o momento, ou seja, embora a economia atingisse pontos positivos antes da crise, a desigualdade de renda mostrou seu comportamento instável, tornando assim o país com um crescimento econômico acelerado, mas em contrapartida, com altos índices de desigualdade.

A similaridade que foi observada nos dois países resultou em dados quantitativos que mensuram os danos da crise financeira de 2008, fazendo uma correlação entre os dados que foram obtidos para responder muitas questões, uma delas é saber se a crise em si que resultou em uma desaceleração do crescimento econômico dos dois países melhorou ou piorou o Índice de Gini do Brasil e da Rússia.

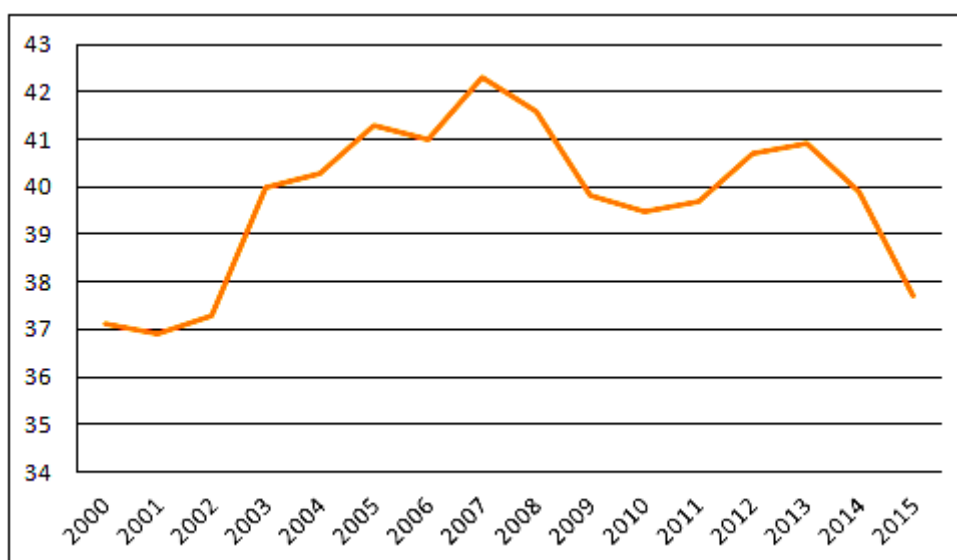


Figura 5. Gini Rússia entre os anos de 2000 e 2015.
Fonte: Banco Mundial, 2019.

O ano que apresentou maior desigualdade de renda na Rússia foi 2007, marcando um Gini de 42,3 (como pode ser observado na figura 5). Este é um número relativamente alto. Mas em comparação com o Brasil, a nota que representa maior desigualdade de renda na Rússia ainda é tão alto quanto a menor nota que o Brasil apresenta para este indicador. Em outras palavras, mesmo caracterizada por sua volatilidade, a Rússia ainda é menos desigual do que o Brasil (que marcou 51,3), apesar de sua queda constante na escala deste indicador durante o período de 2000 a 2015.

A variação média do Coeficiente Gini e do PIB per capita nos dois países (**Tabela 2**), que calculada para dois períodos diferentes (antes e depois da crise) pode levar à constatação de como a crise interferiu na evolução do crescimento e da desigualdade de renda.

Tabela 2. Evolução média do coeficiente Gini e do PIB per capita no Brasil e na Rússia.

Evolução Média Gini (%)			
Brasil		Rússia	
Antes	Depois	Antes	Depois
-1,04%	-0,73%	1,48%	-1,36%
Evolução Média per capita (%)			
2,47%	0,95%	6,93%	0,40%

Fonte: Banco Mundial, 2019.

Os números percentuais apresentados acima mostram números negativos pré e pós crise, o que significa que a desigualdade de renda no Brasil foi sempre se reduzindo (de acordo com a variação anual, que entra no cálculo da evolução média), mas antes da crise, a desigualdade diminuía com mais força, ainda que a diferença entre os dois períodos seja mínima. Já a Rússia, antes da crise, tinha uma média positiva, que correspondia a uma desigualdade mais acentuada em relação ao período posterior, quando já demonstrava maior redução desse índice. A evolução do Gini, portanto, não conversam entre os dois países, o que leva a crer que a crise não afetou diretamente essa variável.

Já ao analisar a média de evolução do PIB per capita, é possível notar que em ambos os países houve uma queda após a crise, que foi ainda mais drástica para a Rússia, cuja média antes da crise era muito superior à brasileira, e que, após a crise, reduziu ainda mais do que a do Brasil. A crise afeta significativamente o crescimento econômico dos países.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise financeira de 2008 dos Estados Unidos ocasionou efeitos diversos no mundo inteiro, que já se encontrava interconectado em consequência da globalização. Indicadores econômicos e sociais ilustram, através de seus respectivos dados estatísticos, como se deu a evolução dos países em termos de crescimento e desigualdade de renda.

Se tratando de crescimento econômico, o PIB per capita apresentou uma queda generalizada no período de 2008 a 2009. O Brasil teve uma redução de 1,1% do PIB per capita, a maior, comparada ao período anterior à crise. No entanto, outro evento parece ter impactado

de forma mais drástica a economia brasileira, que teve sua maior queda registrada em 2015: - 4,46% em relação anterior. No tocante à desigualdade de renda, o Coeficiente Gini mostra uma linha decrescente durante todo o período, o que significa maior diminuição dessa desigualdade, que somente no ano de 2013 parou de cair.

A Rússia, por sua vez, teve um crescimento médio extraordinário até a crise assolar sua economia. Em 2009 apresentou queda de 7,85% em relação a 2008, depois de uma elevação ininterrupta do seu PIB per capita. Sobre a desigualdade de renda neste país, verifica-se uma volatilidade em todo o período, atingindo seu pico em 2007, quando o Gini foi de 42,3.

De acordo com a média de evolução do PIB per capita, calculada para o período anterior e posterior à crise, ambos os países não conseguiram acompanhar o mesmo ritmo de crescimento de antes da crise após esta se disseminar em suas economias. Também foi calculada a evolução do Gini, e constata-se que, para o Brasil, houve sempre a redução da desigualdade - salvo 2013 -, mas sua média de evolução para este índice foi levemente superior antes da crise, e para a Rússia, os dados apontam para maior desigualdade após a crise. O caso da Rússia - e possivelmente de muitos outros países - talvez se explique pelo fato de que quando a crise atinge a população, ricos e pobres têm sua renda diminuída, sobretudo, os mais ricos, o que diminui a discrepância de rendas entre as classes. No entanto, a hipótese não se aplica ao caso brasileiro.

A variação do Gini é pouco significativa em comparação à do PIB per capita, e os anos que constam os picos de desigualdade em ambos os países não coincidem com a época da crise, o que leva à constatação de que este evento em si não teve impacto sobre a variável de desigualdade de renda, mas influenciou consideravelmente o crescimento econômico.

Ao fazer esta descrição de dados e considerar as hipóteses, é importante, também, verificar a confiabilidade dos dados. Para isto, existe um indicador que mede a capacidade do sistema estatístico dos países; ele pode ser encontrado no site do Banco Mundial, que fornece esses dados a partir de 2004. Até o final do período de análise, o Brasil e a Rússia apresentaram notas que variaram entre 72 e 91 (numa escala de 0 a 100), número relativamente alto, que pode corroborar as hipóteses levantadas neste trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA Jr., M.; LISBOA, M.; PESSÔA, S. (2015). **“O Ajuste Inevitável - ou o país que ficou velho antes de se tornar desenvolvido.”** Disponível em: <https://mansueto.files.wordpress.com/2015/07/o-ajuste-inevite3alvel-vf_2.pdf>. Acesso em: 18 de out. de 2018.

BALASSIANO, Marcel Grillo. **Desempenho da Economia Brasileira entre 1980 e 2016: Uma Análise da Desaceleração Brasileira Pós-2010.** 57 f. Dissertação (Mestrado em Economia Empresarial e Finanças) - Escola de Pós-Graduação em Economia, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/18091/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Marcel%20Grillo%20Balassiano.pdf?sequence=3&isAllowed=y> Acesso em: 19 mai. 2019.

BINATLI, Ayla Oğus. **Growth and Income Inequality: A Comparative Analysis.** Economics Research International, Volume 2012, Article ID 569890, 7 pages. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1155/2012/569890>> Acesso em: 12 mai. 2019.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A crise financeira global e depois: um novo capitalismo?** Mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002010000100003&script=sci_arttext> Acesso em: 13 mai. 2019.

CINTRA, Marcos Antonio Macedo; FARHI, Maryse. **A crise financeira e o global shadow banking system.** Nov. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002008000300002&script=sci_arttext&tlng=pt> Acesso em: 13 mai. 2019.

DOWBOR, Ladislau. **A crise financeira sem mistérios: Convergência dos dramas econômicos, sociais e ambientais.** Jul 2009. Disponível em: <<http://dowbor.org/criseseemmisterios8.pdf>> Acesso em: 20 out. 2018.

FMI. **A resposta do FMI à crise econômica mundial.** Set. 2012. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/lang/portuguese/np/exr/facts/changingp.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2019.

FREITAS, Maria Cristina Penido de. **Os efeitos da crise global no Brasil: aversão ao risco e preferência pela liquidez no mercado de crédito.** 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/eav/article/view/10415/12131>> Acesso em: 16 mai. 2019.

KUZNETS, Simon. **Economic growth and income inequality.** The American Economic Review, vol. 45, No. 1 (Mar., 1955), pp. 1-28. Disponível em: <<http://gabriel-zucman.eu/files/teaching/Kuznets55.pdf>> Acesso em: out. 2018.

MATOS, S. (2016). **A Desaceleração do Crescimento Brasileiro: Causas Externas ou Domésticas?.** In.: BONELLI, R.; VELOSO, F. (orgs.). A Crise de Crescimento do Brasil, Editora Elsevier.

MAU, V. **Global crisis: Past experience and future challenges.** Ekonomicheskaya Politika, v. 4, 2009.

MUNIZ, Leandro da Silva. **A Crise Econômica de 2008 e a Rússia: Consequências e Fragilidades da Economia Russa.** /Leandro da Silva Muniz. Rio de Janeiro: FGV/EBAPE, 2011. p. 57. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11011/Dissertao%20Final_Leandro_Biblioteca%20FGV.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 16 mai. 2019.

NIELSON, Annie. **Crescimento de 6% levará ao pleno emprego.** Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro, dez. 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=469&catid=88&Itemid=2> Acesso em: 18 mar. 2019.

OCDE. **Inquérito Económico da Rússia 2009: Estabilização e crescimento renovado: principais desafios.** Jul. 2009. Disponível em: <<http://www.oecd.org/eco/surveys/economicsurveyofrussia2009stabilisationandrenewedgrowthkeychallenges.htm>>. Acesso em: 20 mai 2019.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge de; NETO, Manoel Galdino Pereira. **Um ano após a crise: os impactos nas negociações internacionais.** Mai 2010. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2009-dez-14/retrospectiva-2009-ano-foi-marcado-crise-globalizacao>>. Acesso em: 13 mai 2019.

PIRES, Selma Sousa. **A CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL DE 2008 E SEUS DESDOBRAMENTOS SOBRE A ECONOMIA BRASILEIRA.** Ago. 2013. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo1-mundializacaoestadosnacionaispoliticaspublicas/acrisefinanceirainternacionalde2008eseusdesdobramentosobreaeconomiabrasileira.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

ROCHA, Rudi; URANI, André. **Distribuição de renda no Brasil: um Ensaio sobre a Desigualdade Desconhecida.** jul. 2005, p. 1.

ROSER, Max; ORTIZ-OSPINA, Esteban. **Income Inequality.** Publicado online em OurWorldInData.org. 2016. Disponível em: <<https://ourworldindata.org/income-inequality>> Acesso em: 13 mai. 2019.

WORLD BANK. **GDP per capita (constant 2010 US\$).** Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.KD?end=2015&locations=BR-RU-1W&start=2000>> Acesso em: 10 Abr 2019.

WORLD BANK. **Gini index (World Bank estimate).** Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI?end=2015&locations=BR-RU-1W&start=2000>> Acesso em: 10 Abr 2019.

WORLD BANK. **Statistical Capacity score (Overall average).** Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/IQ.SCI.OVRL?locations=BR-RU-1W>> Acesso em: 17 Mai 2019.

WORLD BANK. **The Worldwide Governance Indicators (WGI).** Disponível em: info.worldbank.org/governance/WGI/> Acesso em 30 ago. 2018.